

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

Aos 14 dias do mês de junho de 2022, pelas 16:02 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Luís Capoulas Santos (PS), declarou aberta a reunião, passando a informar sobre a constituição um grupo de trabalho para a revisão do Regimento da Assembleia da República, e referiu que podem ser enviadas sugestões até ao dia 27 de junho.

2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Ricardo Sousa (PSD) apresentou as seguintes propostas de deliberação:

COM(2022)197	2022-06-02	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Espaço Europeu de Dados de Saúde	Escrutínio à 1.ª CACDLG Escrutínio à 9.ª CS
COM(2022)217	2022-06-02	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de ação para a criação de corredores solidários UE-Ucrânia com vista a facilitar as exportações agrícolas e o comércio bilateral da Ucrânia com a UE	Conhecimento à 6.ª CEOPPH e à 7.ª CAPes
COM(2022)236	2022-06-07	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Intervenções a curto prazo no mercado da energia e melhorias a longo prazo da configuração do mercado da eletricidade – uma linha de ação	Conhecimento à 6.ª CEOPPH e à 11.ª CAENE

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

COM(2022)256	2022-06-07	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Décimo Sexto Relatório Anual (2021) sobre a execução da assistência da União ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 389/2006 do Conselho, de 27 de fevereiro de 2006, que estabelece um instrumento de apoio financeiro para a promoção do desenvolvimento económico da comunidade cipriota turca	Conhecimento à 2.ª CNECP
COM(2022)258	2022-06-07	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO Décimo oitavo relatório sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 866/2004 do Conselho, de 29 de abril de 2004, e a situação resultante dessa aplicação, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021	Conhecimento à 2.ª CNECP
COM(2022)630	2022-06-07	RELATÓRIO DA COMISSÃO Bélgica, Bulgária, Chéquia, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Áustria, Polónia, Eslovénia, Eslováquia e Finlândia Relatório elaborado em conformidade com o artigo 126.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia	Conhecimento à 4.ª CAE e à 5.ª COF
COM(2022)240	2022-06-08	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano da UE «Poupar Energia»	Conhecimento à 6.ª CEOPPH e à 11.ª CAENE
COM(2022)266	2022-06-08	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Ajustamento técnico do quadro financeiro plurianual para 2023 em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento (UE, Euratom) 2020/2093 do Conselho que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período de 2021 a 2027	Conhecimento à 5.ª COF e à 6.ª CEOPPH
COM(2022)275	2022-06-08	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2022/109 que fixa, para 2022, em relação a determinadas unidades populacionais de peixes e grupos de unidades populacionais de peixes, as possibilidades de pesca aplicáveis nas águas da União e as aplicáveis, para os navios de pesca da União, em certas águas não União	Conhecimento à 7.ª CAPes

Submetidas a votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH, PCP e BE.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

- 3. Designação dos membros da delegação da Comissão de Assuntos Europeus à reunião interparlamentar dedicada ao tema «A política de alargamento da UE na sequência da invasão russa da Ucrânia» - Videoconferência, 27 de junho;
(Delegação composta por 1 deputado do GP do PS e 1 deputado do GP do PSD)**

O grupo parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Jorge Seguro Sanches e o grupo parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Ricardo Sousa, para integrar a delegação.

- 4. Nomeação de Deputado autor de parecer da CAE para pronúncia da Assembleia da República no âmbito de matérias de competência legislativa reservada que estejam pendentes de decisão em órgãos da União Europeia (nos termos dos artigos 1.º-A e 2.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, na sua atual versão):
- [Resolução legislativa](#) do Parlamento Europeu sobre eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu
Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD**

O grupo parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Isabel Meirelles como autora deste parecer.

- 5. Discussão do [Projeto de Resolução 63/XV/1.ª](#) - **Recomenda ao Governo que tome iniciativas no sentido da formação de um Instituto Europeu com estatuto de Laboratório Associado ou do Estado (L);****

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) procedeu à apresentação da iniciativa, a qual visa responder à questão mais premente relacionada com o facto de Portugal estar sub-representado ao nível das instituições europeias. Mencionou, também, que o acesso às instituições pode ser realizado, entre outras formas, através de concursos, mostrando-se importante que os cidadãos portugueses estejam devidamente formados e qualificados para concorrer e ganhar os concursos. Neste contexto, destacou a



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

pertinência de Portugal ter um organismo como um Instituto Europeu, que colabore com redes existentes ou com novas instituições, tendo em vista a sua constituição como Laboratório Associado ou do Estado, dedicado aos assuntos europeus. O Senhor Deputado aludiu, ainda, aos concursos para atribuição do estatuto e financiamento complementar de Laboratórios Associados, promovidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e reforçou a ideia da necessidade de capacitar quadros em matéria de assuntos europeus. Concluiu sublinhando a relevância da constituição desta entidade, ao nível do público universitário, inclusive lusófono.

Na discussão que se seguiu, interveio o Senhor Deputado Sérgio Marques (PSD) que referiu que o projeto de resolução ora apresentado diagnostica uma problemática real, nomeadamente a sub-representação nas instituições europeias. Seguidamente, mencionou as dúvidas relacionadas com a solução apresentada na iniciativa, uma vez que o problema exige soluções a curto prazo, como por exemplo o recurso a bolsas de estudos, que poderiam dar acesso a universidades estrangeiras, ressaltando que, a melhor forma de responder à presente questão passa por soluções mais imediatas. A Senhora Deputada Isabel Meirelles (PSD) felicitou a iniciativa, ainda que a mesma não se revele suficientemente ambiciosa quanto aos seus objetivos, pelo que não é exequível a curto prazo. Referiu, também, à existência do Colégio da Europa e do Instituto Universitário Europeu de Florença, enquanto instituições de ensino sobre os assuntos europeus, tanto para alunos como professores, mostrando-se mais prestigiante para Portugal, ter um centro universitário para o mesmo efeito. O Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS) mencionou que, independentemente da eficácia de uma resposta célere de um Instituto Europeu, o seu grupo parlamentar mostrava-se razoavelmente favorável à ideia subjacente ao projeto de resolução, não obstante a conveniência de uma melhor análise do estatuto de Laboratório Associado ou de Estado. O Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) salientou a necessidade de rever a redação da iniciativa, informando em seguida a pertinência de o Governo promover outras instituições já existentes com a finalidade do Instituto Europeu, quer através de bolsas ou de um maior financiamento de formações, evitando a criação deste novo organismo. O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos saudou a apresentação realizada bem como a problemática identificada, referindo que a mesma está relacionada com o facto de, ao longo dos anos



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

e com a progressão nas carreiras ao nível das instituições europeias, os lugares de base deixaram de ser ocupados, levando à sub-representação, no caso, portuguesa.

Em conclusão, o Senhor Deputado Rui Tavares (L) tomou a palavra para referir que, embora não seja uma solução a curto prazo, a solução perpetrada no projeto de resolução apresenta vantagens em comparação com a demora dos processos promovidos pela FCT ou instituições existentes, ou então a criação de novas instituições, permitindo que durante a próxima década possam ser formadas pessoas na área dos assuntos europeus. Felicitou a ideia relacionada com a concessão de bolsas, referindo que a mesma é compatível com o objetivo do projeto de resolução ora apresentado e referiu a existência de instituições de excelência ao nível da União Europeia que, no entanto, não formam, à escala necessária, cidadãos portugueses que permitam fazer face à problemática da sub-representação. Por fim mencionou a disponibilidade para promover a colaboração com entidades existentes para criar Laboratórios Associados ou de Estado, os quais gozarão de autonomia, a fim de criar escala, descentralizada.

6. Discussão do [Projeto de Resolução 89/XV/1.ª](#) - Recomenda o adequado acompanhamento do pedido da Ucrânia de adesão à UE, favorecendo a atribuição do estatuto formal de candidato à UE a este país (L);

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) procedeu à apresentação da iniciativa, aludindo ao debate sobre a atribuição do estatuto de país candidato à União Europeia (UE) à Ucrânia nos vários países da União. Referiu que a UE tem mais a ganhar do que a perder com a atribuição do estatuto à Ucrânia, a que se seguiriam as negociações do processo de adesão, permitindo passar uma mensagem política forte. A Ucrânia enfrenta problemas reais, como os relacionados com a corrupção ou o Estado de direito, pelo que o alargamento da UE deverá ser realizado em paralelo com um processo de reforço dos mecanismos de defesa do Estado de direito, o que, ainda assim, não impossibilita a atribuição do estatuto de país candidato. Quanto a Portugal, mencionou que o Governo português tem evitado assumir uma posição quanto à concessão do estatuto de país candidato à Ucrânia, o que tem gerado dúvidas a nível internacional sobre a posição do país. Referiu que Portugal não tem nada a ganhar com uma defesa tardia da atribuição



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

do estatuto, ou com uma tomada de posição após a França ou a Alemanha se comprometerem com determinado entendimento. Sublinhou a importância de debater esta matéria em plenário, defendendo que a Ucrânia merece a atribuição do referido estatuto pois o contrário significaria uma vitória daquilo que o regime de Putin representa.

Na discussão que se seguiu, interveio o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus que lembrou a audiência com o Senhor Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia e Diretor dos Assuntos da UE, durante a qual se aludiu às falsas expectativas criadas nos cidadãos daquele país sobre a adesão à União Europeia, fazendo um paralelismo com a situação da Ucrânia, importando diferenciar, na análise do processo de atribuição do estatuto de país candidato, a razão da comoção motivada pela situação de guerra que se vive, por forma a não defraudar as expectativas dos ucranianos. O Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS) sublinhou que, embora Portugal venha prestando apoio à Ucrânia, mostrando-se solidário para com o povo daquele país, como, a título de exemplo, através do apoio ao pacote de sanções contra a Rússia, é necessário avaliar a concessão do estatuto de candidato à UE à Ucrânia de uma perspetiva racional, cabendo conhecer o parecer da Comissão Europeia sobre esta matéria, pelo que a presente iniciativa levanta algumas reservas. A Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) ressaltou a pertinência da iniciativa, particularmente no sentido de clarificar a posição do Governo sobre esta temática, pelo que o presente projeto de resolução mereceria o apoio do seu grupo parlamentar. O Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) manifestou a sua concordância com o projeto de resolução, demonstrando, no entanto, reservas quanto à alínea d) do mesmo, sugerindo que a mesma pudesse ser alterada ou eliminada. O Senhor Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) rejeitou a lógica subjacente à ideia de racionais de um lado e emocionais de outro, pois a guerra na Ucrânia suscita, naturalmente, comoção uma vez que a situação geopolítica da União Europeia foi desfeita, tendo a Rússia desrespeitado os princípios da declaração de Helsínquia. A lógica associada à Ucrânia enquanto espaço neutro terminou, pelo que é necessário pensar e debater a ordem europeia do futuro, sem ultrapassar as regras. No caso da Ucrânia, sendo-lhe concedido o estatuto de país candidato, caberá, depois, àquele país, trilhar o caminho conducente à adesão à União Europeia. Concluiu aludindo à problemática associada à não definição de fronteiras da



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

Ucrânia. O Senhor Deputado Sérgio Marques (PSD) congratulou o trabalho desenvolvida pela Comissão Europeia neste contexto, reforçando as dificuldades relacionadas com a tomada de posição do Governo português sobre esta matéria. Expressou a pertinência em não enviar um sinal errado ao regime de Putin, através da não atribuição do estatuto de país candidato à União Europeia à Ucrânia e mencionou que esta atribuição dever ser vista como um ato de solidariedade para com aquele país, importando não defraudar as expectativas dos seus cidadãos, pelo que não deveriam existir dúvidas quanto à sua concessão. O Senhor Deputado Carlos Brás distinguiu a defesa no âmbito da NATO e a integração na União Europeia, referindo que o regime de Putin não se manifestou contra a adesão da Ucrânia à União Europeia. Mencionou ser necessário cautela quanto à atribuição do estatuto de país candidato à Ucrânia pois é preciso ter em consideração os critérios para o alargamento, sublinhando que a solidariedade e apoio têm sido prestados àquele país, independentemente do estatuto. Conclui destacando que não é conhecido o quadro que decorrerá do pós-guerra nem o acordo de paz que daí resultará, não se conhecendo, também, o papel que a Ucrânia assumirá, pelo que, a concessão do estatuto de candidato, nas atuais circunstâncias, levanta reservas. O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos ressaltou a importância de dar um sinal de solidariedade à Ucrânia, não ignorando, todavia, as consequências do alargamento da União Europeia aos países do Leste, nomeadamente o facto de se recentrar a União Europeia no Leste, conduzindo, por exemplo, a uma diminuição do número de deputados portugueses ao Parlamento Europeu ou, também, à redistribuição de fundos. Referiu que todas estas variáveis deverão ser levadas em consideração, ainda que, politicamente, não seja possível não enviar um sinal de solidariedade à Ucrânia, através da atribuição do estatuto.

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) tomou a palavra para referir a impossibilidade de ignorar o carácter emocional da situação de guerra que se vive na Ucrânia, em prol da vertente emocional. Sublinhou que a problemática relacionada com as falsas expectativas está ligada ao facto de se verificar que, comparando candidaturas dos países, algumas delas não são avaliadas com base no mérito. Referiu que a concessão do estatuto de país candidato não obriga a avaliar e decidir sobre capítulos como, por exemplo a agricultura, e que a problemática da guerra na Ucrânia relaciona-se, também,



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

com a possível integração deste país na União Europeia e não na aliança económica euroasiática.

7. Debate sobre Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022 Juntos para uma Europa mais forte [\[COM \(2021\)645\]](#);

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos propôs o adiamento do presente ponto da ordem de trabalhos, atendendo à ausência do deputado autor do parecer da iniciativa COM (2021)645 - Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022 «Juntos para uma Europa mais forte», o que mereceu a concordância dos grupos parlamentares presentes.

8. Apreciação e votação do Regulamento Interno da Comissão;

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos introduziu o presente ponto da ordem de trabalhos, passando de imediato a palavra à Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) que sublinhou a importância de o envio da documentação para as reuniões ocorrer, pelo menos, 24 ou 48 horas antes da realização da reunião da Comissão. Referiu, ainda que, relativamente às grelhas de tempos para as audições, poderia considerar-se que a ronda dedicada à intervenção dos grupos parlamentares tivesse início com a intervenção do maior partido da oposição, e que, à intervenção dos deputados, dever-se-ia seguir, de imediato, a resposta da entidade ouvida. Interveio, em seguida, o Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL), ressaltando que, nos termos regimentais, os deputados podem utilizar os tempos de uma só vez ou por diversas vezes.

Colocada à votação, o regulamento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH, PCP e BE.

9. Apresentação e votação do parecer relativo à [Conta Geral do Estado de 2020](#)

Deputado Autor de Parecer: Carlos Brás (PS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

Prazo para envio: 17/06/2022;

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) apresentou o parecer, o qual, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH, PCP e BE.

10. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS a propor uma visita de trabalho, no âmbito do programa de trabalho da Comissão de Assuntos Europeus, ao Alqueva;

O Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS) apresentou o requerimento, sublinhando o interesse em visitar projetos financiados pela União Europeia, nomeadamente o Alqueva, que assume particular importância tanto para o setor agrícola como para o turismo. O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) congratulou o requerimento apresentado, sugerindo que a Comissão de Agricultura e Pescas também pudesse ser envolvida. Informou, também, que o seu grupo parlamentar pretendia apresentar um requerimento sugerindo a realização de visita, aos Açores ou à Madeira.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH, PCP e BE.

11. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS a propor a realização de uma Conferência Interparlamentar para discutir as conclusões da Conferência sobre Futuro da Europa;

O Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS) apresentou o requerimento, sublinhando a pertinência da realização da Conferência Interparlamentar, a fim de conferir um maior destaque à discussão das conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, para aludir ao último parágrafo do requerimento dedicado à criação de um grupo de trabalho na CAE para o acompanhamento da organização da



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

Conferência Interparlamentar, propondo a sua eliminação, uma vez que a Mesa e Coordenadores da Comissão poderá apresentar uma proposta de programa, o que não mereceu a oposição de nenhum dos presentes.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Sérgio Marques (PSD), que reforçou a pertinência de promover um debate prévio à realização da referida Conferência Interparlamentar na Assembleia da República sobre esta temática, em Comissão.

Submetido à votação, o requerimento, eliminado o último parágrafo, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH, PCP e BE.

12. Outros assuntos;

O Senhor Presidente deu nota dos trabalhos futuros, informado sobre a realização das próximas reuniões ordinárias da Comissão de Assuntos Europeus nos dias 15 e 21 de junho. Referiu, também, que atendendo à realização das jornadas parlamentares do grupo parlamentar do PCP, a reunião da CAE teria lugar no dia 29 de junho, às 14 horas, uma vez que seria necessário proceder à apreciação e votação de um parecer respeitante a iniciativas europeias, com prazo de subsidiariedade. Referiu, ainda, o convite remetido pelo Parlamento alemão para uma reunião no dia 29 de junho, sugerindo que a mesma pudesse contar com a participação da Mesa e Coordenadores da Comissão, o que mereceu o acordo dos presentes. Por último, informou sobre a necessidade de realizar uma audição após o Conselho Europeu de 23 e 24 de junho, propondo que, para que a mesma tenha lugar na semana posterior à realização da reunião, pudesse ocorrer no dia 29 ou 30 de junho, após plenário. Interveio o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), sugerindo que o agendamento da mencionada audição fosse realizado, de acordo com a agenda das reuniões plenárias, o que mereceu a concordância dos presentes.

13. Apreciação e votação da ata n.º 9 de 31 de maio de 2022.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS), colocou à apreciação e votação a ata n.º 9 de 31 de maio de 2022, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH, PCP e BE.

A reunião foi encerrada às 17:39 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de junho de 2022.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Edite Estrela (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Rui Lage (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Clara Marques Mendes (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
João Moura (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Bernardo Blanco (IL)
Jamila Madeira (PS)
João Azevedo Castro (PS)
Susana Correia (PS)
Paulo Ramalho (PSD)
Rui Tavares (L)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Natália Oliveira (PS)
Bruno Nunes (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 11/XV/ 1.ª SL

Miguel Iglésias (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Diana Ferreira (PCP)
Mariana Mortágua (BE)